



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Política Social, Seguridade Social e Proteção social.

Trabalho e desigualdade: Um estudo sobre as condições de trabalho e pobreza no Brasil, Paraná e Londrina

Bruna Cardoso Franco¹
Ana Patrícia Pires Nalesso²
Maria Luiza Amaral Rizzotti³

Resumo.

A organização do mundo do trabalho e a forma de apropriação dos seus resultados são elementos fundamentais na materialização da desigualdade no modelo capitalista. A precarização do trabalho, desemprego e baixos salários contribuem para aumento da pobreza da população, aumentando a demanda por proteção social. O presente estudo se dedica a uma leitura dos dados sobre o trabalho e renda no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e Cadastro Único, objetivando compreender a relação das condições de trabalho e a sua evidência entre os que buscam proteção social, explicitamente registrados no Cadúnico, ferramenta de planejamento para as políticas sociais.

Palavras-chave: Desigualdade; Trabalho; Pobreza; Desproteção social.

Abstract

The organization of the world of work and the way its results are appropriated are fundamental elements in the materialization of inequality in the capitalist model. The precarization of work, unemployment, and low wages contribute to increasing poverty among the population, leading to a higher demand for social protection. This study is dedicated to analyzing data on labor and income from CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - General Register of Employed and Unemployed Workers) and Cadastro Único, aiming to understand the relations between working conditions and their evidence among those seeking social protection, explicitly registered in Cadastro Único, a planning tool for social policies.

Keywords: Inequality; Work; Poverty; Social Disadvantages.

¹ Estudante de graduação do departamento de serviço social, bruna.cardoso.franco@uel.br

² Docente do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em serviço social e política social. e-mail: anapatriciapn@gmail.com

³ Professora colaboradora do programa de pós graduação da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em serviço social e política social. e-mail: marialuizarizzotti@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas, em sua maioria, apresentam manifestações materiais de desenvolvimento tecnológico, inovações urbanísticas, recursos midiáticos e estéticos de grande potência. Todo esse aparato, no entanto, se conecta a espaços de desproteção social, habitação precária, risco ambiental, insegurança alimentar, entre outras expressões da desigualdade social⁴. Portanto, podemos afirmar que esses avanços são restritos a parcela mínima da população, pois há a intensificação da materialização de um fosso que separa as classes sociais, como coloca Netto (1996), há um distanciamento entre o mundo rico e o mundo pobre.

A condição de desigualdade é real à maioria dos países do globo e embora palatável e inerente à sociedade, ela se torna uma preocupação uma vez que sua agudização fragiliza as condições de vida da população, e, em certa medida, pode gerar tensão exigindo mudanças na forma de organização social. Frente a essa contradição, o Estado precisa buscar soluções, sendo esse um terreno cada vez mais complexo. Assim, identificar as desigualdades sociais e conhecer seus determinantes e contornos é fundamental, tanto para a implementação de medidas pelo Estado, quanto para que a população se organize para exigir melhores condições de vida.

Entendendo que a organização do mundo do trabalho na sociedade e a forma de apropriação dos resultados trabalho são elementos fundamentais na determinação da desigualdade, neste artigo, temos como objetivo compreender as manifestações da desigualdade social em sua relação intrínseca com as condições de empobrecimento e as condições de desproteção da classe trabalhadora.

Para tal análise, nos fundamentamos no estudo da discussão sobre o mundo do trabalho e realizamos uma pesquisa junto a duas plataformas de dados, o novo Caged e Cad-único. Escolhemos realizar a extração de dados referente as condições de trabalho, no recorte em âmbito federal, estadual e municipal, assim focamos nos dados referentes ao Brasil, ao Estado do Paraná e ao município de Londrina⁵ no ano de 2023.

⁴ Entende-se desigualdade social enquanto um conjunto de parte das expressões da questão social, está enquanto proveniente da contradição capital e trabalho inerente ao capitalismo.

⁵ A escolha do município de Londrina se deu porque os resultados apresentados neste trabalho compõem um estudo mais amplo e denso sobre esse município paranaense. Desse modo, foi possível estabelecer uma escala comparativa dos dados entre os três entes federados.



A organização se inicia pela apresentação de conteúdo conceitual sobre a relação do trabalho e a desigualdade social, cujo fundamento reconhece a indissociabilidade entre desigualdade, exploração do trabalho e desproteção social. Num segundo momento serão apresentados dados de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina, que se dedica a conhecer e analisar os indicadores de desigualdade, tendo como fontes primárias os institutos de pesquisa como IBGE, IPARDES, IPEA, dentre outros e, para os resultados aqui postos, considerando os objetivos definidos foram acessados os dados do CAGED⁶ e do Cadastro Único⁷.

2 TRABALHO E DESPROTEÇÃO

É no desenvolvimento do capitalismo que podemos identificar o reordenamento das relações de produção, quando ocorreu a intensificação da pobreza, uma pobreza diferente das vivenciadas em outros momentos históricos, a pobreza de quem trabalha (Netto, 2001). A industrialização trouxe grandes mudanças nas relações de produção, nos formatos de trabalho, o que acarretou significativas transformações das relações sociais e culturais. Essas transformações impactam a vida de toda a classe trabalhadora, e são, majoritariamente, determinadas pelo capital, visto que “na sociedade de que se trata, o capital é a relação social determinante que dá dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social.” (Iamamoto, 2014, p.37).

Nessa lógica, entendemos que a relação capital x trabalho é decisiva na formatação das diferentes sociedades. Desse modo, compreender como as relações de trabalho se processam, tornando decisivo para captar as espessuras que a riqueza e a pobreza assumem na materialização da desigualdade social.

O trabalho, enquanto categoria, é essencial para o desenvolvimento da sociabilidade humana, pois é elemento distintivo entre o ser humano e outras espécies, uma vez que no processo de trabalho, o ser humano transforma a natureza e, concomitante, transforma a si próprio e toda a sociedade.

[...] se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana. (Antunes, 2009 p.232)

6 Utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego que permite conhecer e acompanhar a condição da mão de trabalho no Brasil.

7 Trata-se de um sistema de coleta de dados que permite identificar as famílias com renda de até 3 salários mínimos e permite o planejamento de inclusão de indivíduos e famílias nas diferentes políticas sociais.



As relações de trabalho capitalista vão sofrer sensíveis alterações, a partir de 1970, quando, conforme Netto (1996), se colocam em curso transformações societárias significativas que mudam as relações de trabalho, imprimindo uma nova lógica às relações sociais. Essas mudanças vão atingir de formas diferentes os países centrais e os países tidos como de economia periférica. Esses países vão se integrar à lógica do capitalismo global de forma desigual e dependente, levando a classe trabalhadora a vivenciar a exacerbação da exploração do trabalho, e uma precarização ainda maior das suas condições de vida.

Segundo o Netto (1996), as transformações incluem a precarização do trabalho, que é resultado de diversos fatores, como a flexibilização das relações trabalhistas, a demanda por profissionais polivalentes que dominem várias habilidades, os diversos tipos de contratação e a grande disparidade salarial entre os trabalhadores.

Observamos que desde a crise que levou os países à essas transformações, caracterizada, inicialmente, pela reestruturação produtiva, existem mecanismos que impulsionam fortemente o trabalho a ser levado, cada vez mais, para a informalidade, compreendendo que “se a informalidade não é sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização”(Antunes, 2011, p.418).

Isso acontece porque a flexibilização dos contratos, uma tendência atual, está diretamente ligada à instabilidade, levando os trabalhadores informais, como apontado por Antunes (2011), a ingressarem no mercado de trabalho de maneira precária, com baixos rendimentos e sem garantias de acesso aos direitos sociais e trabalhistas considerados fundamentais. Essa realidade acarreta uma série de consequências não apenas para os trabalhadores, mas também para suas famílias, intensificando ou gerando a falta de acesso a alguns serviços.

Estamos, então, diante do desmonte do trabalho, em que as formas de ser da informalidade e da precarização do trabalho se alteram.

No movimento pendular do trabalho, preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado, dotado de direitos, e, de outro, uma superfluidade crescente, cada vez mais geradora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural. (Antunes, 2011, p.417)

Nesse quadro, o Brasil assume, ainda, especificidades, pois o seu desenvolvimento enquanto país sempre foi ancorado por profundas desigualdades econômicas e sociais⁸.

Mesmo em períodos de forte expansão da economia, a proporção de pobres no conjunto da população sempre foi muito elevada, e os índices de desigualdade de

⁸ A trajetória da pobreza no Brasil não pode desconsiderar os séculos de escravização e forma desprotegida que o processo do fim da escravatura aconteceu neste país.



renda (inclusive a desigualdade entre os trabalhadores) sempre se situaram entre os mais altos do mundo. (Borges & Kraychete, 2007, p.233)

A história do país é marcada pela presença de grande contingente de sujeitos fora do mercado de trabalho formal, e pela ausência de proteção social efetiva, o que resulta na existência de um grande contingente da população brasileira sem condições satisfatórias de vida.

O desenvolvimento econômico brasileiro sem a democratização das condições de acesso à terra condicionou um movimento de difusão desigual e concentrada da modernização produtiva e dos novos padrões de consumo, fatores que concorreram para conformar precárias condições de funcionamento do mercado de trabalho, reduzido acesso às poucas medidas de atenção social e desequilíbrios intra e inter-regionais, corroborando também para a crescente heterogeneidade e desigualdade social (Araújo et al, 2009, p. 4)

Desse modo, o grande contingente populacional fora do mercado de trabalho formal impulsiona a configuração da pobreza enquanto “uma face do descarte de mão de obra barata que faz parte da expansão capitalista” Yazbek (2001, p.35), tal expansão cria condições de precariedade do trabalho e dissemina o desemprego e a instabilidade, assim como não supre, através dos salários, condições de vida qualitativa aos trabalhadores e, por muitas vezes, o salário não supre nem mesmo o sustento.

Essa pobreza, vivenciada por quem trabalha, resultante da contradição existente entre capital e trabalho, atravessa a vida da classe trabalhadora em todos os âmbitos na sociedade capitalista (Yazbek, 2001). De qualquer maneira, pobreza é um conceito complexo que abrange diversas dimensões, incluindo aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, apontando que

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc), expressando as relações vigentes na sociedade. (Yazbek, 2001, p.35)

A desigualdade social, para além das relações de trabalho, é também constituída pela desproteção social, que potencializa as vulnerabilidades sociais da população. Numa sociedade de mercado, acessar bens e serviços exige renda e/ou garantias de direitos que precisam ser viabilizados pelos serviços públicos, pelo Estado.

É nesse quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar essa legislação social significa — não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso— aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro. (Antunes, 2011, p.)

Diante deste quadro, considerando que para viver, a classe trabalhadora depende da venda de sua força de trabalho, se não há trabalho não há salário, portanto o desemprego se que configura como uma ameaça a própria existência daqueles que vivem do trabalho e, em



um país marcado por relações de trabalho precarizadas, a classe trabalhadora acaba tendo acesso aos postos com mais baixa remuneração, assim, sem salários ou com salários insuficientes para necessidades cotidianas e um número expressivo de pessoas da classe trabalhadora acaba vivendo em condição de pobreza, dependendo significativamente de uma proteção social, que nem sempre é efetiva, mas representa uma possibilidade de sobrevivência.

Acessar as políticas protetivas, pode significar uma possibilidade de uma vida menos desprovida de condições mínimas, por esse motivo o acesso à política de assistência social, que garante uma renda mínima e outros serviços socioassistenciais, deve permanecer sendo compreendido como direito necessário frente ao desenho das relações de trabalho existentes na sociedade.

3 RESULTADOS

Falar de desigualdade social é bastante complexo, neste trabalho focamos na identificação da parcela da população que vive da venda de sua força de trabalho e, ao não encontrar recursos para sobreviver, acessa a rede de proteção social pública. Nesse sentido, trilhamos o caminho de como identificar as variações negativas dos postos de trabalho através do novo caged, assim como identificar as condições de trabalho das pessoas cadastradas no Cadastro Único.

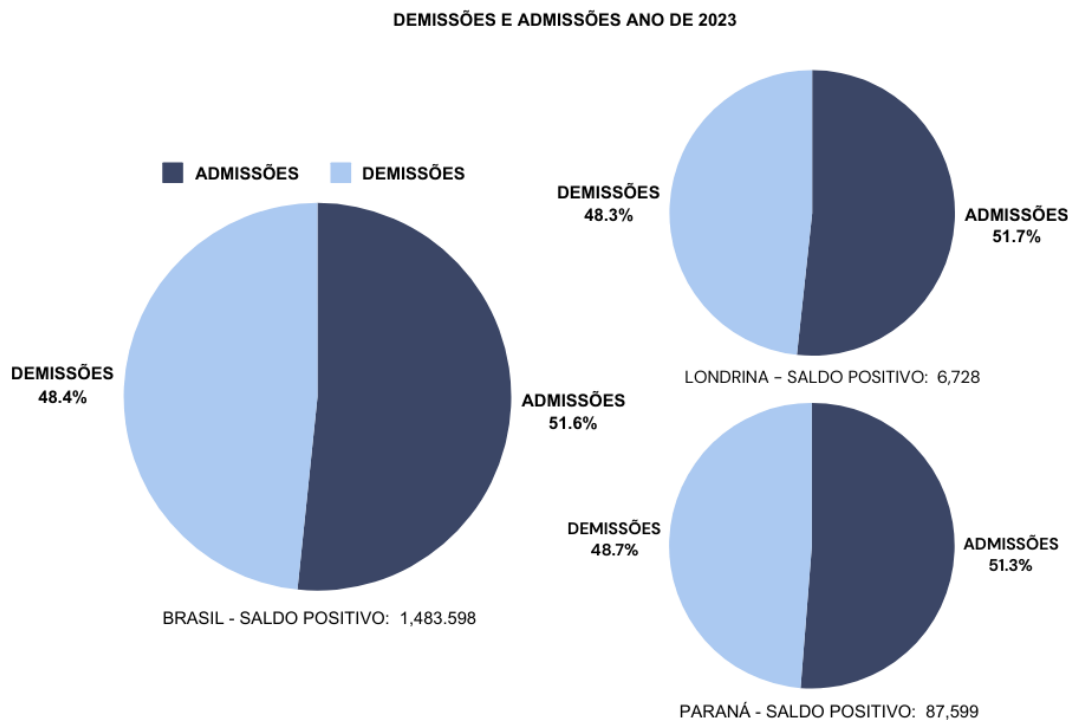
A partir desses sistemas de dados, é que se possibilita a realização de planejamentos para implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas com base na materialidade. Isso pois, são plataformas que podem, a partir dos cruzamentos de dados, proporcionar o desenvolvimento de indicadores sociais ou seja, identificando quali e quantitativamente as condições socioeconômicas da população de determinadas regiões, podendo nos mostrar inclusive padrões ou mudanças sociais em certos recortes.

Nesse sentido, no presente trabalho, cruzamos os dados de modo a relacionar a condição de pobreza à condição de trabalho, partindo de um entendimento que, embora os dados por si só tragam limitações, a análise é necessária e valiosa pois torna possível estabelecer as relações entre fenômenos sociais indicativos da desigualdade social.

Primeiramente, observamos no CAGED, dados referentes aos postos de trabalho no ano de 2023 (Gráfico 01). Identificamos que o saldo no país foi positivo entre admissões e demissões nas três esferas (Brasil, Paraná e Londrina).



GRÁFICO 01: Distribuições das demissões e admissões no ano de 2023, Brasil, Paraná e Londrina.



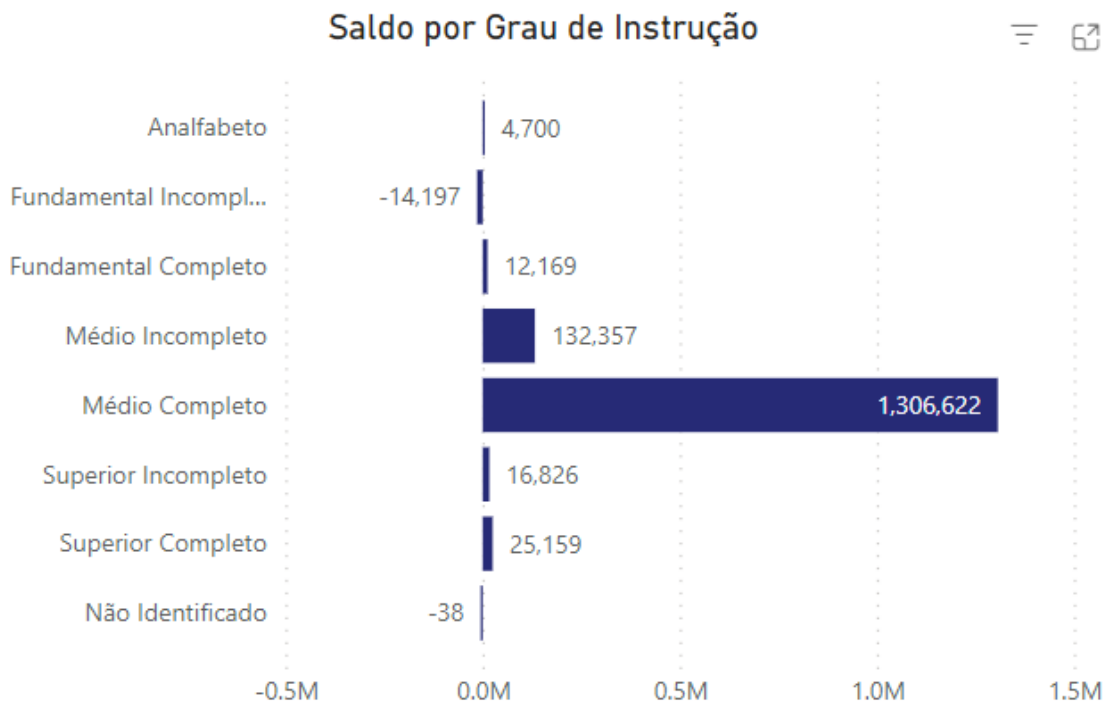
Fonte: CAGED (2023)

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Os dados trazem, com certeza, uma expectativa positiva para o desemprego nas três esferas, mas é preciso atenção para o fato que o saldo positivo não chega a 2%, ou seja, de fato o que temos é um equilíbrio no ano de 2023 no que se refere a trabalhadores admitidos e demitidos, o que nos sugere que não houve impacto significativo no quadro de desemprego nem no Brasil, nem no estado do Paraná ou no município de Londrina.

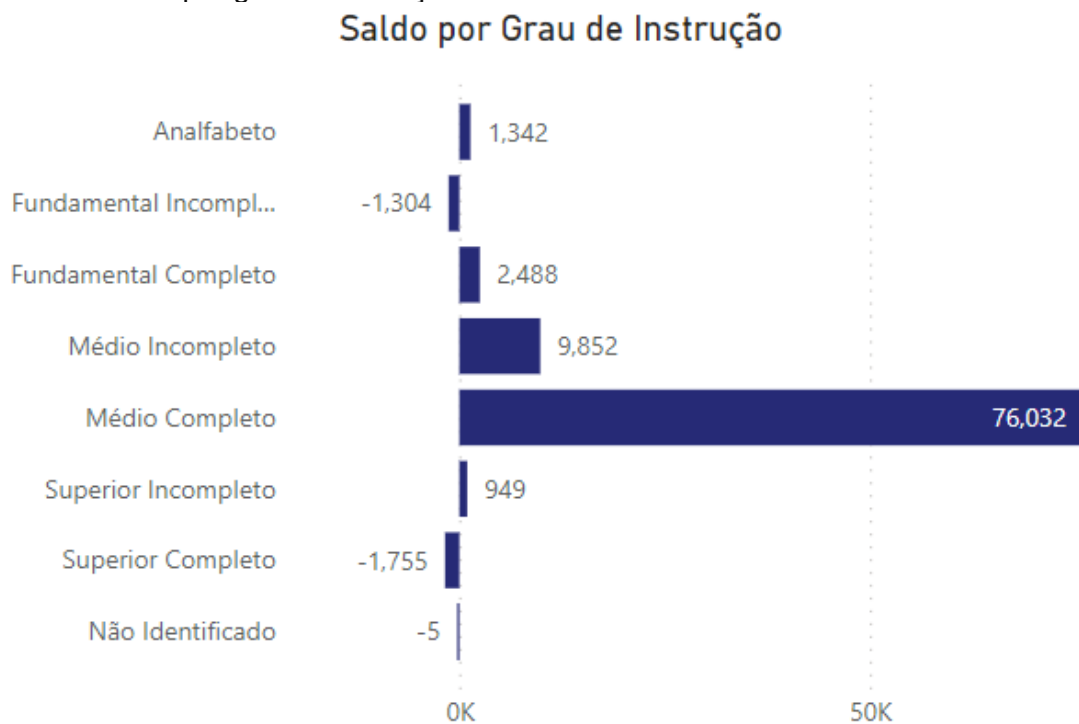
Entendemos necessário identificar se há diferença da condição de empregabilidade/ desemprego segundo a escolaridade, uma vez que tendencialmente podemos afirmar que os postos de trabalho com maiores salários exigem maior escolaridade e, não sendo essa uma condição prevalente entre a população mais empobrecida, podemos observar a condição de desemprego dessa população. Nesse sentido, buscamos também observar o saldo da relação contratação / demissão em relação a escolaridade (Figuras 01, 02 e 03).

Figura 01: Saldo por grau de instrução no Brasil no ano de 2023

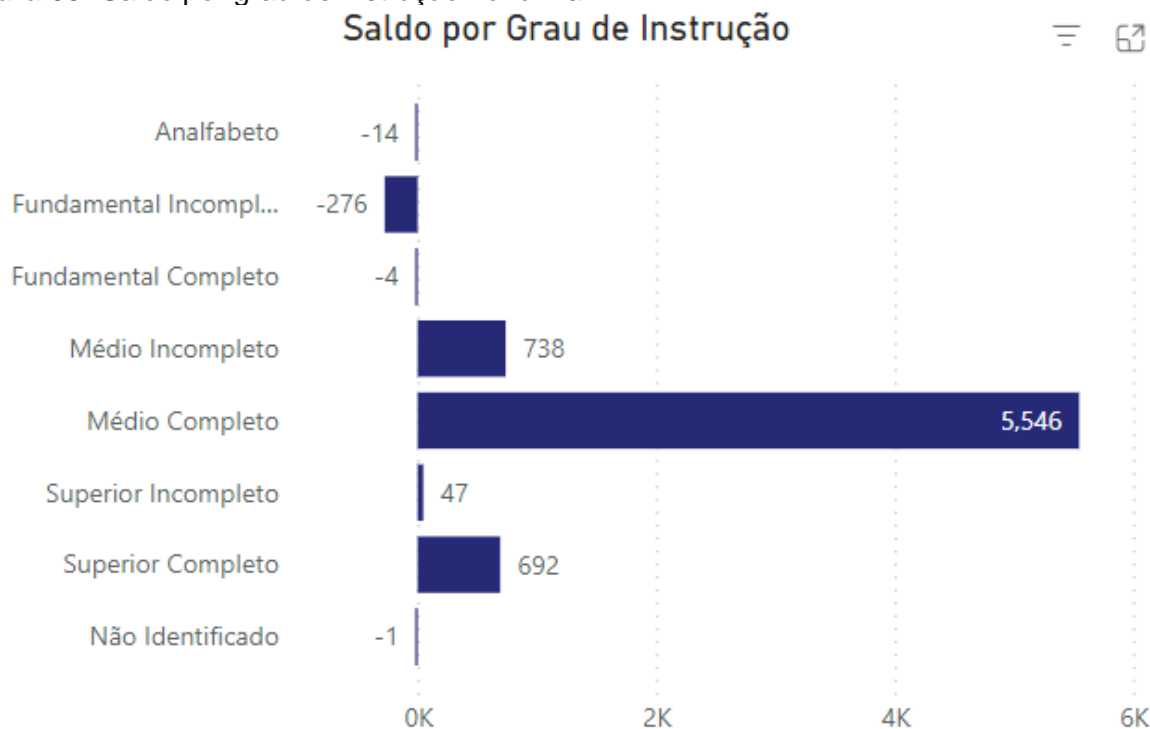


Fonte: CAGED (2023)

Figura 02: Saldo por grau de instrução no Paraná no ano de 2023



Fonte: CAGED (2023)

**Figura 03:** Saldo por grau de instrução Londrina

Fonte: CAGED (2023)

Os dados acima revelam que o saldo positivo se deu majoritariamente entre as pessoas com ensino médio completo, sugerindo que há, nas 3 esferas de governo estudadas, há uma tendência da criação de postos de trabalho com exigência de qualificação acima do ensino fundamental, sem exigência, no entanto, do ensino superior, o que no estado do Paraná apresentou um saldo negativo em relação às contratações de trabalhadores com ensino superior. Esse movimento é multifacetado e requer que os dados sejam ainda mais esmiuçados, sistematizados e analisados à luz de suas causas estruturantes, históricas e conjunturais. Mesmo assim, numa primeira leitura já é possível inferir no que concerne ao acesso ao emprego nos três lócus estudados que há avanços no setor de tecnologias e o ensino médio técnico é prevalente.

Nos interessa observar que a prevalência do saldo negativo atingiu essencialmente a população com ensino fundamental incompleto, tanto no Brasil, como no Paraná e em Londrina. Esses dados nos permitem inferir que a população mais pobre, sem acesso aos anos de escolaridade é a mais atingida pelo desemprego, o que, certamente, contribuiu para o quadro de desproteção como enfatiza Antunes (2011)

labor mais qualificado para um contingente cada vez mais reduzido e um labor cada vez mais instável e precarizado para um universo cada vez mais ampliado de trabalhadores e trabalhadoras, ora intensificando intelectual e/ou manualmente os trabalhos dos que se encontram no mundo da produção, ora



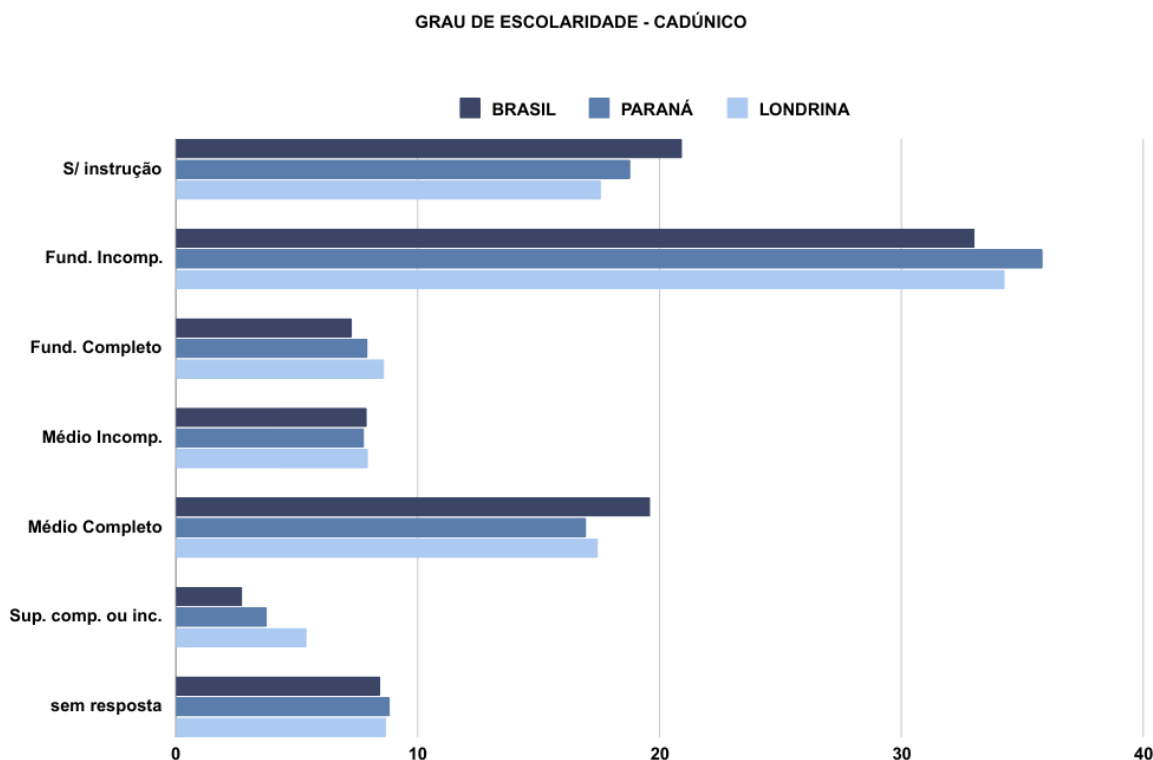
expulsando enormes contingentes de assalariados que não têm mais possibilidade real de ser incorporados e absorvidos pelo capital e que se somam às fileiras do bolsão de desempregados (Antunes, p. 417, 2011

A variável “escolaridade” nos permite evidenciar uma situação de precariedade, de falta de acesso, que interfere diretamente na inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho, ou mesmo na sua expulsão, o que agrava o quadro de desigualdade.

Ao observarmos a mesma variável “escolaridade” no cad-único, ferramenta que, como já mencionamos, congrega parcela da população que vive em condições mais precárias, podemos perceber que o acesso à escolaridade é, de fato, escasso entre essa parcela da população.

O gráfico 2 evidencia, entre as pessoas cadastradas no Cadastro Único, olhando para o Brasil, Paraná e Londrina, maior prevalência de pessoas no ensino fundamental incompleto, estando estes na faixa dos 30%.

Gráfico 02 Grau de escolaridade pessoas cadastradas no cad-único , Brasil , Paraná Londrina 2024



Fonte: Cecad 2.0 (2024)

Podemos observar que, somados os grupos sem instrução e fundamental incompleto, perfazem mais que 50% das pessoas cadastradas no cad-único. De fato, os dados no indicam

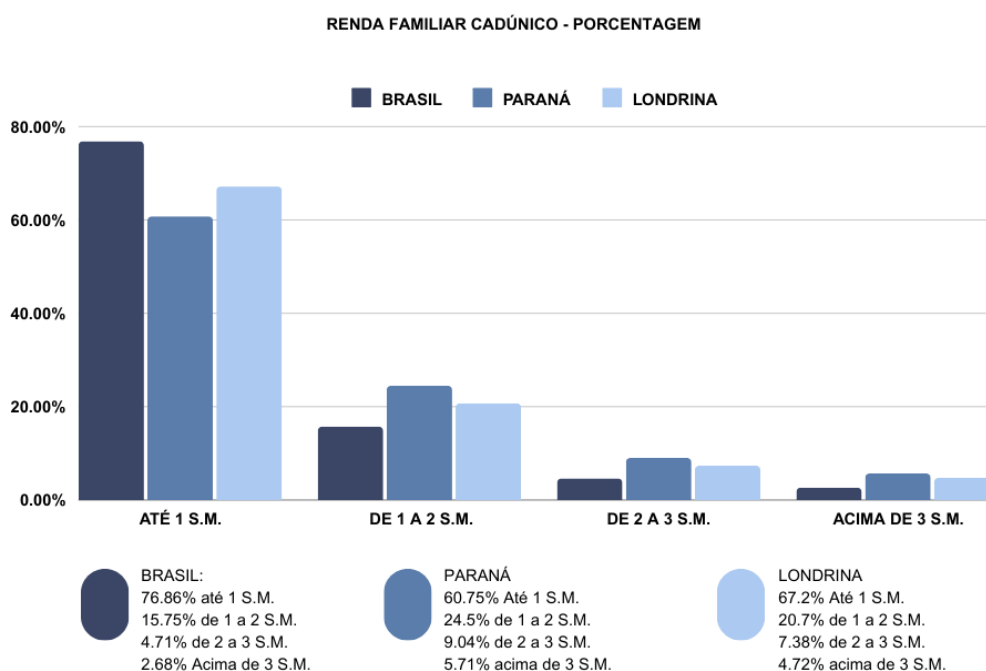


que a desigualdade social estabelece um círculo extremamente difícil de ser rompido. Sem acesso à educação, a população mais pobre não consegue se manter no mercado de trabalho, sem emprego sem renda sem possibilidade de estudo

A partir desses dados, entendendo que a massa de desempregados, carece de proteção social e que a busca por recursos para sobrevivência na esfera pública desagua na política de assistência social, voltamos mais ainda nosso olhar para o Cadastro Único, que, de forma majoritária, tem em seus registros pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade, ou que podemos dizer, em condição prévia de desproteção.

Nosso estudo indicou que, entre as famílias cadastradas, há a prevalência de famílias que vivem com menos de um salário-mínimo conforme podemos evidenciar no Gráfico 2.

Gráfico 01: Renda familiar das famílias do Cadastro Único, Brasil Paraná Londrina 2024



Fonte: Cecad 2.0 (2024)

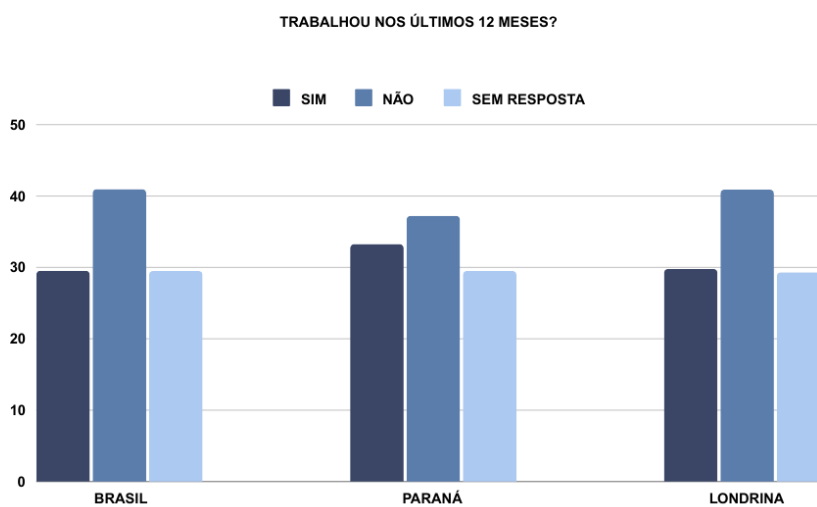
Nota : dados Trabalhos pelas autoras

Mesmo se considerarmos que o Cadastro Único é voltado às famílias que recebem até 3 salários-mínimos, os dados indicam que há prevalência entre as famílias que recebem até 1 salário-mínimo, sendo no Brasil 76.86%, no Paraná 60,75% e em Londrina 67,20%, esses números demonstram que as famílias que mais procuram a proteção social pública, são as famílias em maior situação de pobreza. Esse dado se repete nos 3 entes federativos



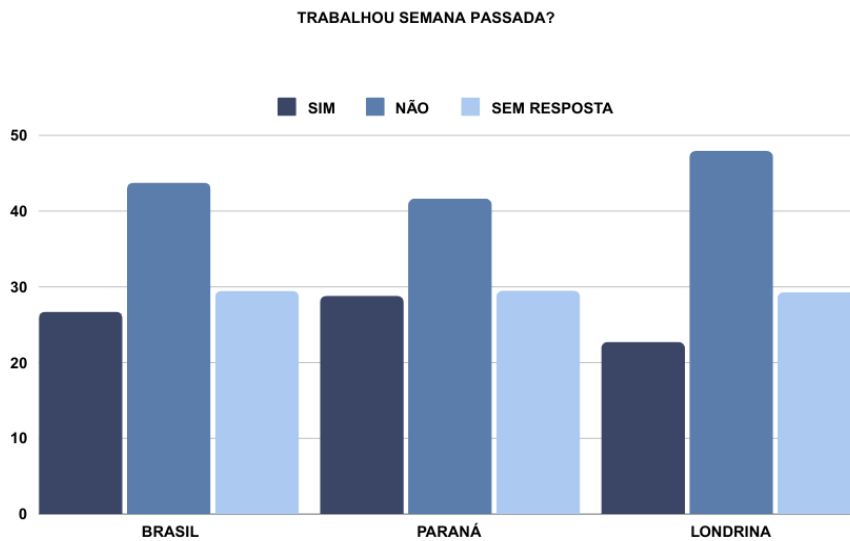
estudados (Brasil, Paraná e Londrina) esses dados sugerem que majoritariamente aqueles que procuram a proteção social não possuem renda o suficiente para sobreviver, ou seja, com não inserção, inserção precária e/ou baixos salários no mercado de trabalho sem possibilidade de viabilizar a condições dignas de vida, agravadas pelo não acesso (ou acesso insuficiente) às políticas públicas e essa condição também pode ser ratificada ao olharmos para os gráficos 3 e 4

Gráfico 03: Trabalhou nos últimos 12 meses?



Fonte: Cecad 2.0 (2024)

Gráfico 04: Trabalhou semana passada?



Fonte: Cecad 2.0 (2024)

Observamos, a partir ainda do Cadastro Único, a porcentagem de pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses e notamos que aproximadamente 40% dessas pessoas, tanto no Brasil, quanto em Londrina não tiveram nenhum trabalho no último ano. Quando comparamos os dados a partir da pergunta “trabalhou semana passada?”, constatamos que para pouco mais de 40% dessas pessoas a resposta foi “não”, indicando a tendência de que quem não trabalhou semana passada também não trabalhou nos últimos 12 meses.

A falta de trabalho nos últimos 12 meses demonstra um desemprego que atinge parte significativa (se não a maioria considerando os números sem respostas) das pessoas em situação de vulnerabilidade em todo o país, marcado pela desigualdade social, caracterizada por grande número de trabalhadores fora do mercado de trabalho e vivendo em situação de pobreza. Isso nos mostra que o maior quantitativo de expulsão e/ou não inserção no mercado de trabalho se relaciona diretamente ao maior quantitativo das pessoas em situação de vulnerabilidade do Cadastro Único.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precarização do trabalho vai se intensificando e se reconfigurando dentro das relações de sociais e se expressam nas condições de vida da população, demonstrando, cada vez mais, expressões da desigualdade social. Essa condição da precarização junto da informalidade do trabalho e do desemprego estrutural acarreta numa condição precária



também de vida, trazendo elementos de situação de desproteção e de vulnerabilidade social, isso por conta de baixos salários, poucas oportunidades, instabilidade, diminuição de direitos trabalhistas, e outros.

No modo capitalista de produção, o Estado passa a ser um ator fundante para garantir direitos de todas as ordens: humanos, sociais, trabalhistas, ambientais etc. Sendo assim, não se pode prescindir, numa análise sobre a relação trabalho/pobreza, do lugar central das políticas protetivas, sobretudo as que garantem complementação de renda, como é o caso dos programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, ambos ancorados na base de dados do Cad-único.

O estudo em tela dedicou-se a análise da concentração de pessoas em condições precárias no mundo do trabalho que estão inseridas no Cadastro Único, e que comprova a concentração de pobreza entre as famílias que tiveram menos acesso a diversos direitos e que para este fragmento da pesquisa posto aqui fica evidente a relação do insuficiente acesso ao mundo do trabalho com o déficit de escolarização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs). *Infoproletários: degradação do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BORGES, Ângela; KRAYCHETE, Elsa Sousa. Mercado de trabalho e pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 50, p. 231-243, maio/ago. 2007.

Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD). Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 08 mar. 2024.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2liwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 08 mar. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Temporalis*. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.



NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abril, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* - Ano. 2, n. 3 (jan./jun..2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p. 33-40.